**Processo SEI nº 6011.2022/0002966-0**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SMUL Nº 01/2023/SMUL**

**ANEXO IV DO EDITAL – COMPÊNDIO DE LEGISLAÇÃO RELEVANTE**

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ATIVAÇÃO DE IMÓVEIS

# ANEXO IV – Compêndio de legislação relevante

Apresentam-se abaixo atos normativos a fim de conferir embasamento jurídico para a elaboração dos PROJETOS. Destaca-se que o presente compêndio não tem a intenção de abarcar a totalidade da legislação aplicável às atividades de promoção das intervenções de REQUALIFICAÇÃO EDILÍCIA em IMÓVEIS na ÁREA DE INTERESSE DO CHAMAMENTO PÚBLICO, devendo ser utilizado como material complementar. Assim, destaca-se que a análise das premissas para a INSTRUÇÃO DA SOLICITAÇÃO não se limita apenas aos atos normativos mencionados no presente ANEXO.

| **Espécie normativa** | **Número** | **Assunto** |
| --- | --- | --- |
| Lei Municipal | LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (“LOM”) DE 4 DE ABRIL DE 1990 | Lei Fundamental do Município de São Paulo |
| Lei Municipal | LEI Nº 10.928, DE 8 DE JANEIRO DE 1991 | Dispõe sobre as condições de habitação dos cortiços e dá outras providências |
| Lei Municipal | LEI Nº 12.349, DE 6 DE JUNHO DE 1997 | Estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação |
| Lei Municipal | LEI Nº 12.350 DE 6 DE JUNHO DE 1997 | Regulamenta a concessão de Incentivos fiscais para revitalização do Centro |
| Lei Municipal | LEI Nº 13.425, DE 2 DE SETEMBRO DE 2002 | Regulamenta o artigo 168 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e institui o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo |
| Lei Municipal | LEI Nº 13.433, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002 | Dispõe sobre o Serviço de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social, autoriza o Executivo a celebrar convênios e termos de parceria e dá outras providências |
| Lei Municipal | [LEI Nº 14.094 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2005](http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14094-de-06-de-dezembro-de-2005) | Cria o Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL |
| Lei Municipal | LEI Nº 16.050, DE 31 DE JULHO DE 2014 | Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo |
| Lei Municipal | LEI Nº 16.402 DE 22 DE MARÇO DE 2016 | Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo |
| Lei Municipal | LEI Nº 16.642, DE 9 DE MAIO DE 2017 | Aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo |
| Lei Municipal | LEI Nº 17.332, DE 24 DE MARÇO DE 2020 | Cria o Triângulo SP, polo singular de atratividade social, cultural e turística inserido no âmbito dos perímetros do Polo de Economia Criativa Distrito Criativo Sé/República e do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Paulista/Luz |
| Lei Municipal | LEI Nº 17.577 DE 20 DE JULHO DE 2021 | Dispõe sobre o Programa Requalifica Centro, estabelecendo incentivos e o regime específico para a requalificação de edificações situadas na Área Central, e dá outras providências |
| Lei Municipal | LEI Nº 17.844, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022 | Aprova o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central - PIU-SCE, institui e regulamenta a Área De Intervenção Urbana Do Setor Central - AIU-SCE, estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo específicos para o território, define o programa de intervenções do PIU-SCE e revoga a Lei Municipal nº 12.349/1997 |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 55.888, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015 | Estabelece as regras para expedição de Certidões de Potencial Construtivo Transferido |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 56.089, DE 30 DE ABRIL DE 2015 | Regulamenta vários dispositivos e fornece parâmetros para a aplicação da Lei do Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/2014) |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 56.538, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015 | Regulamenta disposições relativas ao licenciamento de edificações, em especial procedimentos para a aplicação da Cota de Solidariedade |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 56.725, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015 | Regulamenta disposições relativas às Zonas Especiais de Preservação Cultural - Área de Proteção Cultural - ZEPEC/APC |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 56.901, DE 29 DE MARÇO DE 2016 | Dispõe sobre a elaboração de Projeto de Intervenção Urbana, nos termos do disposto no artigo 134 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico - PDE |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 57.298, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016 | Dispõe sobre os empreendimentos considerados de baixo risco de que tratam os artigos 127 e 133 da Lei de Zoneamento |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 57.378, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016 | Regulamenta o enquadramento de atividades não residenciais conforme categorias de uso, subcategorias de uso e os grupos de atividades previstos nos artigos 96 a 106 da Lei de Zoneamento |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 57.521, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016 | Regulamenta a aplicação de disposições relativas à ocupação do solo e condições de instalação dos usos |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 57.536, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 | Regulamenta a Transferência do Direito de Construir nos casos em que não há doação do imóvel cedente |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 57.537, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016 | Institui os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados a partir dos princípios e diretrizes estabelecidos no Plano Diretor; bem como orienta a elaboração e aplicação dos Planos de Ação das Subprefeituras |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 57.547, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016 | Regulamenta o Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 57.558, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016 | Regulamenta a aplicação de disposições da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, relativas ao parcelamento do solo |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 57.776, DE 7 DE JULHO DE 2017 | Regulamenta a Lei nº 16.642, de 9 de maio de 2017, que aprovou o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 58.289, DE 26 DE JUNHO DE 2018 | Confere nova regulamentação à Transferência do Direito de Construir com Doação de Imóvel |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 58.383, DE 28 DE AGOSTO DE 2018 | Dispõe sobre a aplicação das condições especiais de uso e ocupação do solo e incentivos decorrentes do artigo 115 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016– LPUOS para os Complexos de Saúde, Educação em Saúde e Pesquisa em Saúde |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 58.741, DE 6 DE MAIO DE 2019 | Define os valores de renda familiar para atendimento por Habitação de Interesse Social – HIS e Habitação de Mercado Popular – HMP, nos termos do parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 58.943, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019 | Regulamenta as disposições dos artigos 14, 72 e 109 do Código de Obras |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 58.955, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 | Dispõe sobre o procedimento APROVA RÁPIDO |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 59.573, DE 1 DE JULHO DE 2020 | Institui o Regime Especial de Atendimento Prioritário - REAP, aplicável aos processos administrativos relativos à construção e implantação do Colégio Militar na Cidade de São Paulo |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 59.671, DE 7 DE AGOSTO DE 2020 | Consolida os critérios para a padronização das calçadas, bem como regulamenta o disposto nos incisos VII e VIII do “caput” do artigo 240 do Plano Diretor Estratégico |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 59.885, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020 | Estabelece disciplina específica de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como normas edilícias para EHIS, EHMP e EZEIS, nos termos das Leis nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nº 16.402, de 22 de março de 2016 (LPUOS) e nº 16.642, de 09 de maio de 2017 (COE) |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 59.886, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020 | Consolida a disciplina específica de uso e ocupação do solo para os Empreendimentos de Habitação de Interesse Social – EHIS e Empreendimentos em ZEIS - EZEIS a serem executados nas áreas das Operações Urbanas Consorciadas Água Espraiada, Faria Lima e Água Branca e na Operação Urbana Centro |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 61.311, DE 20 DE MAIO DE 2022 | Regulamenta a Lei nº 17.577, de 20 de julho de 2021, que dispõe sobre o Programa Requalifica Centro no que tange à aprovação dos pedidos de requalificação de edificações (Retrofit) na região central da Cidade de São Paulo |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 62.878, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 | Dispõe sobre a concessão de subvenções econômicas pelo Poder Executivo para a promoção de intervenções de requalificação edilícia em edifícios, nos termos do art. 39 da Lei nº 17.844, de 14 de setembro de 2022, no perímetro do Programa Requalifica Centro. |
| Decreto Municipal | DECRETO Nº 62.467 DE 7 DE JUNHO DE 2023 | Dispõe sobre o procedimento Requalifica Rápido para aprovação de imóveis situados no perímetro da Lei nº 17.577, de 20 de julho de 2021, que dispõe a respeito do Programa Requalifica Centro, estabelecendo incentivos e o regime específico para a requalificação de edificações situadas na área central da cidade |
| [Instrução Normativa](https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-1-de-29-de-setembro-de-2023) | Instrução Normativa Nº 001/SMUL-G/2023 | Dispõe sobre os procedimentos aplicáveis aos processos administrativos protocolados pelo Portal de Processos Administrativos da Prefeitura de São Paulo através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito do procedimento Requalifica Rápido de acordo com o estabelecido no [Decreto nº 62.467/2023](https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-62467-de-7-de-junho-de-2023) com alterações conferidas pelo [Decreto nº 62.736/2023](https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-62736-de-5-de-setembro-de-2023), e estabelece a relação de documentos a serem apresentados na autuação dos pedidos. |
| Portaria | PORTARIA Nº 221/SMUL-G/2017 | Estabelece a documentação necessária e os padrões de apresentação dos projetos para a instrução dos pedidos relacionados à atividade edilícia |
| Resolução | RESOLUÇÃO Nº 54/CONPRESP/2018 | Estabelece a documentação mínima necessária para dar entrada no processo na Seção de Protocolo Geral da Secretaria Municipal de Cultura |
| Resolução | RESOLUÇÃO - SMUL/CEUSO Nº 141 DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021 | Dispõe sobre os procedimentos para pedidos de alvará de aprovação, alvará de aprovação e execução, reforma e regularização de edificações |
| Norma | ABNT NBR 12.721 | Avaliação de custos de construção para incorporação imobiliária e outras disposições para condomínios edilícios |